Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1443/XII/4ª

MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA ROMPER COM A AUSTERIDADE

Desde 2011 que o povo português se tornou vítima de um intenso programa de austeridade que resultou na desvalorização do trabalho, no aumento do desemprego, na diminuição do Estado Social, no aumento de impostos e no aumento da pobreza e das desigualdades.

Sob a teoria do 'ajustamento' da economia, a troika e o Governo procederam a uma desvalorização interna, fazendo baixar os salários, cortando pensões, congelando o IAS e degradando os serviços prestados pelo Estado Social.

Em simultâneo, o 'colossal aumento de impostos' sobre o consumo e sobre o trabalho (por via das mexidas nos escalões do IRS e com a imposição da sobretaxa) fez diminuir em muito o rendimento disponível das famílias.

No Programa de Estabilidade e Crescimento 2015-2019 que o Governo apresentou, faz-se uma síntese de várias das medidas de austeridade a que submeteram a população: sobretaxa extraordinária de IRS, tributação do IVA dos bens energéticos para a taxa normal, restrição ao emprego público e imposição de redução remuneratória; suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal, aumento do IRS, introdução da CES, redução do número de efetivos e do número de contratos de trabalho, redução do valor das subvenções e do pagamento de horas extraordinárias e aumento da idade de reforma.

Este é, ainda assim, um pequeno resumo da austeridade que tem sido aplicada, porque ela estendeu-se a muitos outros setores e manifestou-se em muitas outras medidas. Independentemente de quantas medidas de austeridade possamos deixar aqui descritas, as consequências da sua aplicação são inegáveis: devastação social!

Por isso, rejeitamos o caminho que o Governo pretende continuar com o PE e com o PNR. Nestes documentos, o que o Governo propõe é a continuidade das mesmas políticas de empobrecimento por mais 4 anos. Manter-se-ão muitas das medidas que disseram ser excecionais e transitórias, como é o caso da sobretaxa de IRS e dos cortes salariais, do congelamento de pensões e do IAS; continuará o ataque aos salários, não se vislumbrando o fim da redução remuneratória por horas extraordinárias, ao mesmo tempo que o Governo insiste no corte de muitos complementos que são parte integrante do salário de muitos trabalhadores.

Com as propostas deste Governo só há desagravamento de impostos para os patrões e para as grandes empresas:

- O Governo pretende reduzir em 50% a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (poupando a GALP e a EDP), mas recusa, por exemplo, baixar o IVA sobre o gás e a eletricidade para a taxa reduzida, o que aliviaria a fatura dos consumidores;

- O Governo propõe-se voltar a reduzir o IRC, ao ritmo de 1 p.p. ao ano (fazendo com que as empresas com lucros paguem cada vez menos sobre esses lucros) mas recusa repor os 8 escalões de IRS e a eliminação imediata da sobretaxa, medidas que reverteriam o 'enorme aumento de impostos' a que submeteram os rendimentos dos trabalhadores;

- O Governo quer reduzir a TSU paga pelos patrões (colocando em causa a sustentabilidade da Segurança Social), mas não se preocupa minimamente em garantir apoio social às centenas de milhares de desempregados que não têm nenhum apoio social.

Nesta proposta do Governo manifesta-se ainda a intenção de cortar 600M€ em pensões num modelo que colocará em risco a Segurança Social como sistema de solidariedade.

O caminho deste Governo é muito claro: austeridade sobre o povo e sobre o trabalho; alívio fiscal para os patrões e para as grandes empresas. Assim se compreende que ao

mesmo tempo que Portugal aumentava o seu número de pobres, também aumentava o seu número de milionários.

É preciso um novo caminho

A austeridade é o caminho que conduziu centenas de milhares de pessoas ao desemprego, à pobreza e à emigração. É o caminho que confiscou os rendimentos do trabalho e parte das pensões dos portugueses para pagar juros agiotas. É o caminho que destruiu riqueza do país e vendeu as nossas principais empresas.

Portugal recuou uma década ou mais nos indicadores económicos mais importantes: a produção de riqueza e o número de postos de trabalho gerados pela economia. Hoje encontra-se pior do que antes, impondo-se uma lição: a austeridade e o corte nos direitos sociais e laborais não são o caminho para o desenvolvimento económico de uma sociedade. E é por isso que temos que mudar urgentemente de caminho.

Com a austeridade Portugal ficou mais longe dos objetivos de criação de emprego e combate à pobreza a que se tinha proposto no âmbito da Estratégia Europa 2020. Por exemplo, o objetivo de uma taxa de emprego de 75% está cada vez mais longe, tendo decaído nos últimos anos e ficando nos 65,4% em 2013. Portugal propunha-se a reduzir a pobreza (o objetivo seria o de retirar 200 000 pessoas da situação de pobreza ou risco de exclusão social), no entanto, nos últimos anos, a pobreza aumentou em Portugal (entre 2012 e 2013 registaram-se mais 210 000 pessoas em situação de pobreza).

A Comissão Europeia publicou em novembro de 2014 a Análise Anual de Crescimento, documento onde admite que a Europa se debate com uma recuperação bem mais fraca do que inicialmente esperado, com uma crise social que continua a desenvolver-se e com altas taxas de desemprego, proclamando que a Europa necessita de um recomeço nas suas políticas económicas.

Não se poderá aceitar, por isso, que um novo início da política económica seja feito com velhas soluções que arrastaram a Europa para a estagnação e para a crise social. Não se pode aceitar que a Comissão Europeia, os Estados membros ou o Governo português continuem a insistir nas mesmas receitas. O recomeço, o novo início da política económica na Europa, tem que ser feito com novas políticas, diferentes políticas. A austeridade tem que ser passado; é tempo de olhar para o crescimento e para o

desenvolvimento; é tempo de cuidar das vítimas da austeridade, da pobreza e do desemprego.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo uma mudança estratégica para:

Desenvolver medidas de proteção dos que foram vítimas da austeridade

As famílias portuguesas foram as que mais sofreram com a crise e com as medidas de austeridade. Muitas estão sobre endividadas ou insolventes, muitas outras têm grandes dificuldades para conseguir o acesso a serviços e bens essenciais. Deve haver uma clara orientação para a proteção destas famílias, assegurando os seus direitos básicos, através de:

i) Alteração ao CPPT e ao CPC, instituindo a impenhorabilidade da habitação própria e permanente para que nenhuma família fique sem casa;
ii) Proibição do corte de abastecimento de bens essenciais como a água, eletricidade e gás;
iii) Obrigatoriedade das instituições de crédito e sociedades financeiras consolidarem e/ou reestruturarem créditos de famílias sobre endividadas ou cuja taxa de esforço seja superior a 50%;
iv) Reforço da proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil e possibilidade de anulação da dívida no caso de entrega do imóvel;
v) Alteração ao CPPT, para que as famílias economicamente carenciadas possam regularizar a sua situação tributária em mais prestações e tendo uma taxa de esforço limite;
vi) Alterar os critérios de atribuição dos apoios sociais contributivos e não contributivos, de forma a garantir apoio social a todas as pessoas que estejam sem qualquer tipo de rendimento.

Reestruturar a dívida pública

A dívida pública cresceu mais de 30 p.p. com o atual Governo e o serviço da dívida consome recursos que deveriam ser canalizados para o investimento, criação de emprego e medidas sociais. Só em juros, o país gastará em 2015 cerca de 5% do seu PIB,

canalizando mais de 8 mil milhões de euros para especuladores que em 2014 garantiram uma rentabilidade de mais de 22% com a dívida pública portuguesa. É urgente:

i) Reestruturar a dívida pública nos seus juros, prazos e montantes, de forma a libertar recursos financeiros a curto prazo para desenvolver medidas sociais, e, a médio prazo, para investimento produtivo em Portugal.

Atuar no sistema bancário português

Seis intervenções em seis anos: esta é a prova de um problema sistémico na banca portuguesa, que levou ao aumento do endividamento público e a problemas graves de financiamento à economia produtiva. Limitar os riscos da atividade bancária e, em simultâneo, garantir linhas de financiamento para o investimento passam por:

i) Assumir o controlo público da banca intervencionada pelo Estado, reorientando a banca pública para o financiamento de projetos de investimento de pequenas e médias empresas;
ii) Fazer a separação entre banca comercial e banca de investimento;
iii) Eliminar a existência de conglomerados mistos com ramos financeiros;
iv) Proibir qualquer operação que envolva ordenamentos jurídicos *offshore* considerados 'não cooperantes' ou que tenha como contraparte beneficiários não identificados;

Reformular a estrutura dos impostos e reorientar a atuação da AT

O aumento da carga fiscal dos últimos anos prejudicou as famílias com baixos e médios rendimentos e reduziu a progressividade do sistema fiscal. São necessárias medidas que garantam justiça fiscal e uma maior redistribuição dos rendimentos:

i) Repor os escalões de IRS eliminados pelo atual Governo e eliminação imediata da sobretaxa;
ii) IMI: aplicação de uma estrutura progressiva tendo em conta o VPT e o rendimento do agregado familiar e eliminação dos benefícios fiscais para fundos imobiliários;
iii) Aplicação da taxa reduzida de IVA na eletricidade e gás e aplicação de taxa intermédia no setor da restauração e bebidas;

iv) Aplicação de um imposto sobre as grandes fortunas;

v) Reorientar a atuação da AT que, em vez de alocar os seus recursos ao serviço de privados (como no caso da cobrança de taxas de portagens), deve estar orientada para o combate ao branqueamento de capital, evasão fiscal e crime económico;

vi) Aprovação de legislação que combata eficazmente o enriquecimento injustificado e o enriquecimento não declarado;

vii) Criação de quadro sancionatório para instituições de crédito e de sociedades financeiras que não prestem informação atempada ou suficiente nos casos de derrogação do sigilo bancário.

Criar empregos com direitos

O desemprego é apontado como um dos fatores de desequilíbrio da economia portuguesa. A par com fenómenos como a precariedade, o subemprego e a destruição da contratação coletiva, Portugal tem hoje uma geração que não tem emprego, apenas estágios efémeros e pontuais, o que já obrigou centenas de milhar a emigrar.

i) Reforçar a contratação coletiva e aumentar os períodos de vigência dos acordos coletivos;

ii) Inscrever em lei o princípio segundo o qual "para um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho permanente";

Adotar uma política energética redistributiva e livre de rendas

Portugal tem dos preços de gás e eletricidade mais altos da União Europeia, ao mesmo tempo que a EDP continua a lucrar mais de 1000M€ por ano. É necessário atacar as rendas existentes no setor energético e alargar a Contribuição sobre o Setor Energético.

i) Atacar toda e qualquer renda existente no setor energético em Portugal;

ii) Aumentar a taxa de Contribuição sobre o Setor Energético e aumentar a sua base, suportando a necessária redução das tarifas praticadas junto dos consumidores.

Recuperar o controlo sobre os setores estratégicos

Nos últimos anos, o Governo vendeu uma parte considerável do setor empresarial do Estado, em particular empresas estratégicas e lucrativas. Representaram bons negócios para os privados, maus negócios para o Estado e levou sempre à penalização dos consumidores dessas empresas: os exemplos são vários, como o caso da Galp, CTT, EDP ou ANA.

É fundamental recuperar para a esfera pública essas empresas, recuperando com isso o controlo público de setores estratégicos e conseguindo com isso uma melhoria do serviço e dos preços praticados junto dos consumidores.

É também fundamental cancelar as privatizações em curso, nomeadamente as que estão a ocorrer na área dos transportes, com destaque para os transportes suburbanos, ferrovia e para a TAP. Manter estas empresas sob controlo público é um objetivo estratégico para o país.

Assembleia da República, 21 de abril de 2015.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,